

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0083-03

Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro				Demonstração do resultado			
Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.020	2.019	Nota	2.020	2.019	
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.783.579	14.830.871	Receitas Operacionais			
Contas a receber	6	26.013.772	22.943.017	Receitas de subvenções - custeio	17	146.845.026	133.017.139
Estoques	7	10.944.836	4.480.558	Receitas de subvenções-investimento	9b	1.192.968	1.216.023
Adiantamento a fornecedores		1.879.957	706.214	Receitas financeiras		70.383	22.475
Outros ativos circulante		531.468	537.747	Doações		3.023.456	1.398.127
		42.153.612	43.498.407	Outras receitas		4.706	65.740
Não Circulante							
Realizável a longo prazo				Total das Receitas		151.136.539	135.719.505
Empréstimos - partes relacionadas	8	14.631.231	2.926.336	Despesas Operacionais			
Depósitos judiciais		146.708	60.574	Despesas com pessoal	18	(51.791.275)	(44.944.531)
		14.777.939	2.986.909	Serviços de terceiros	19	(40.407.394)	(39.573.068)
Imobilizado	9	6.678.707	6.904.997	Custo corporativo compartilhado	20	(7.277.273)	(6.705.574)
Intangível	9	2.640	17.583	Drogas, medicamentos e materiais	21	(40.122.064)	(35.371.694)
		6.681.347	6.922.580			(139.598.007)	(126.594.868)
Total do Ativo		63.612.898	53.407.897	Amortização e depreciação	9b	(1.720.824)	(1.789.479)
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	10	3.859.320	3.238.747	Correio e comunicação eletrônica		(84.951)	(89.684)
Honorários médicos	11	2.939.835	2.743.291	Água, gás, energia elétrica e telefone		(4.469.806)	(4.126.678)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	8.509.033	7.370.620	Fretes e carretos		(1.193.832)	(963.858)
Obrigações fiscais		1.221.006	404.452	Viagens e ajuda de custo		(253.632)	(555.965)
Receitas diferidas	13	19.588.556	15.232.096	Locações		(733.801)	(693.031)
Adiantamento de contrato de gestão	14	4.020.000	-	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6b	(3.244.689)	-
Partes relacionadas	8	1.040.050	553.696	Despesas financeiras		(512.237)	(795.163)
		41.177.800	29.542.902	Outras despesas		(1.803.100)	(799.511)
Não Circulante							
Provisão para descontinuidade	15	6.769.686	5.721.242	Provisão para contingências	16	535.372	(550.355)
Provisão para contingência	16	52.441	587.813	Reversão provisão para descontinuidade	15	-	1.239.086
		6.822.127	6.309.055			(13.481.501)	(9.124.637)
Patrimônio Líquido				Total das Despesas		(153.079.508)	(135.719.505)
Patrimônio social		17.555.940	17.555.940	Déficit do Exercício		(1.942.969)	-
Déficit do exercício		(1.942.969)	-	Demonstração do resultado abrangente			
		15.612.971	17.555.940	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		63.612.898	53.407.897	Déficit Do Exercício		(1.942.969)	-
Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais							
	Patrimônio social do exercício	Superávit	Total	Demonstração do resultado abrangente			
Em 1º de janeiro de 2.019	17.555.940	-	17.555.940	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Transferência	-	-	-	Déficit Do Exercício		(1.942.969)	-
Em 31 de dezembro de 2.019	17.555.940	-	17.555.940	Outros resultado abrangentes		-	-
Transferência	-	-	-	Resultado Abrangente dos Exercícios		(1.942.969)	-
Déficit do exercício	-	(1.942.969)	(1.942.969)	Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto			
Em 31 de dezembro de 2.020	17.555.940	(1.942.969)	15.612.971	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.020 e de 2.019							
Cifras apresentadas em reais.							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Continuidade operacional: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 08 de maio de 2.008, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos e prorrogado até 07 de maio de 2.014 através do 13º aditivo. Em 08 de maio de 2.014, as partes celebraram novo contrato de gestão (Nº 23/2014), com vigência de cinco anos, prorrogado por mais dois anos através dos termos aditivos 17º e 19º até a data de 07 de maio de 2021. A continuidade operacional das atividades a partir de 08 de maio de 2021, depende da renovação do contrato de gestão entre a Pró-Saúde e o Governo do Estado do Pará. c) Monitoramento do contrato de gestão: O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e							
com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção) II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. 2. Base De Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 19 de março de 2.021. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige <i>continua</i>							

que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - contas a receber • Nota 9 - Depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível; • Nota 15 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 16 - Provisão para contingências.

3. "Operação S.O.S" e seus Reflexos: Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldeimar Penna/Santarém/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de investigação do Ministério Público. Buscando honrar os 53 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Ativos circulantes e não circulantes: • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

b) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

c) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício.

e) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

f) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos.

Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

g) Instrumentos financeiros: • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis

e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.020	2.019
Fundo Fixo (a)	80.113	171.946
Banco conta movimento (b)	2.703.466	14.658.925
	2.783.579	14.830.871

(a) Correspondem aos saldos em espécie mantido na unidade hospitalar. Em função de bloqueios judiciais administrativos nas contas correntes da unidade hospitalar, o fundo fixo está sendo mantido num patamar elevado para pagamentos de despesas emergenciais e essenciais tendo como objetivo evitar o pagamento de multas e juros e atendimentos essenciais. (b) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber

Descrição	2.020	2.019
Secretaria executiva de saúde pública (a)	37.256.383	30.940.939
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (b)	(11.242.611)	(7.997.922)
	26.013.772	22.943.017

(a) **Secretaria executiva de Saúde Pública:** As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar até a data de 31 de dezembro de 2020. Além de valores a receber a título de custeio mensal das atividades operacionais do Contrato de Gestão, existem também valores a receber relativos a investimentos na unidade hospitalar para execução de obras e aquisição de equipamentos para a ampliação da estrutura operacional. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 11.430.147,79. (b) **Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, com baixa expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará no próximo exercício social.

A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.020	2.019
Saldo em 1º de Janeiro	(7.997.922)	(7.997.922)
Complemento de provisão	(3.244.689)	-
Saldo em 31 de dezembro	(11.242.611)	(7.997.922)

7. Estoques

Descrição	2.020	2.019
Medicamentos	4.908.265	1.539.455
Materiais hospitalares de consumo	2.721.881	1.601.902
Materiais de manutenção	204.982	175.219
Higiene e Limpeza	633.616	145.866
Diets enterais e parenterais	177.534	68.643
Fios cirúrgicos	85.450	55.867
Materiais de radiologia	49.030	31.241
Gases medicinais	371.528	130.976
Materiais de laboratório	641.430	-
Demais materiais	1.151.118	731.389
	10.944.834	4.480.558

8. Partes Relacionadas

Descrição	2.020	2.019
Ativo não circulante		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Infantil Octavio Lobo	3.155	9.651
Hospital de Altamira	200.223	37.781
Hospital Abelardo Santos	276	276
Empréstimos financeiros (b)		
Sede Administrativa	11.932.167	383.218
Hospital de Altamira	475.000	475.000
Hospital de Marabá	2.020.410	2.020.410
	14.631.231	2.926.336

Passivo circulante

Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Infantil Octavio Lobo	(24.594)	(24.851)
Hospital Galileu	(41.163)	-
Hospital de Marabá	(935)	(170)
Custos corporativos compartilhados (c)		
Sede Administrativa	(973.358)	(528.675)
	(1.040.050)	(553.696)

(a) - **Empréstimos de materiais e medicamentos:** Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - **Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. (c) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

9. Imobilizado e Intangível		2.020		2.019	
a) Composição		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Itens					
Benfeitorias em edificações		4.311.426	(1.201.027)	3.110.399	3.282.856
Instalações		73.242	(49.326)	23.916	29.922
Instrumentos médicos hospitalares		733.707	(596.195)	137.512	203.789
Equipamentos de informática		1.708.402	(1.521.101)	187.301	317.769
Máquinas e equipamentos hospitalares		11.861.762	(8.321.956)	3.539.806	4.552.168
Móveis e utensílios de escritório		1.661.001	(872.097)	788.904	791.024
Móveis e utensílios hospitalares		1.523.579	(875.408)	648.171	681.151
Adiantamento a fornecedor		54.773	-	54.773	38.662
Obras em andamento		162.762	-	162.762	162.762
(-) Subvenções a realizar		(1.974.837)	-	(1.974.837)	(3.155.106)
Total imobilizado		20.115.817	(13.437.110)	6.678.707	6.904.997
Total do ativo imobilizado		20.115.817	(13.437.110)	6.678.707	6.904.997
Direito de uso de software		278.956	(276.316)	2.640	17.583
Total intangível		278.956	(276.316)	2.640	17.583
Total do ativo imobilizado		20.394.773	(13.713.426)	9.321.347	13.822.580
b) Movimentação		Saldo em 31/12/19	Adições	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/20
Itens					
Benfeitorias		4.311.426	-	-	4.311.426
Instalações		73.242	-	-	73.242
Instrumentos médicos hospitalares		733.707	-	-	733.707
Equipamentos de informática		1.694.097	14.305	-	1.708.402
Máquinas e equipamentos hospitalares		11.825.686	36.076	-	11.861.762
Móveis e utensílios de escritório		1.519.161	141.840	-	1.661.001
Móveis e utensílios hospitalares		1.432.588	90.991	-	1.523.579
Adiantamento a fornecedores		38.663	-	-	54.773
Obras em andamento		162.762	16.110	-	162.762
(-) Subvenções a realizar *		(3.155.106)	-	1.180.269	(1.974.837)
(-) Depreciação		(11.731.229)	-	(1.705.881)	(13.437.109)
Total imobilizado		6.904.997	299.322	(525.612)	6.678.707
Direito de uso de software		278.956	-	-	278.956
(-) Amortização		(261.373)	-	(14.943)	(276.316)
Total intangível		17.583	-	(17.943)	2.640

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos ativos.

c) Taxas de depreciação		Taxa ao ano	
Benfeitorias		4,0%	
Instalações		10,0%	
Instrumentos médicos hospitalares		10,0%	
Equipamentos de informática		20,0%	
Máquinas e equipamentos hospitalares		10,0%	
Móveis e utensílios de escritório		10,0%	
Móveis e utensílios hospitalares		10,0%	
Direitos de uso de software		20,0%	

10. Fornecedores		2.020		2.019	
Descrição					
Materiais e medicamentos		1.524.886	1.352.054		
Serviços de terceiros		2.317.685	1.883.206		
Imobilizado		16.749	3.487		
Total		3.859.320	3.238.747		

11. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição		2.020		2.019	
Honorários médicos pessoa jurídica		2.939.835	2.743.291		
Total		2.939.835	2.743.291		

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição		2.020		2.019	
Salários e ordenados		2.703.289	2.452.304		
FGTS		418.614	389.429		
INSS		283.164	277.560		
Provisão de férias e encargos		5.084.248	4.233.824		
Outras		19.718	17.503		
Total		8.509.033	7.370.620		

13. Receitas Diferidas: As receitas diferidas correspondem a subvenções pactuadas com a Secretaria do Estado de Saúde do Pará - SESPA para investimentos (aquisições de ativo imobilizado e intangível) e custeio das atividades hospitalares.

Descrição		2.020		2.019	
Subvenção para investimento		12.618.710	11.325.650		
Subvenção para custeio		6.969.846	3.906.446		
Total		19.588.556	15.232.096		

A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição		2.020		2.019	
No início do exercício		15.232.096	14.460.119		
Pactuadas (adições)		4.356.470	-		
Apropriação das receitas de custeio excedente as despesas		-	1.106.335		
Transferências para o ativo imobilizado - utilização (nota 9b)		-	(334.358)		
No final do exercício		19.588.556	15.232.096		

14. Adiantamento de Contrato de Gestão: Corresponde a recebimento financeiro ocorrido no exercício de 2020 no valor de R\$ 4.020.000, relativo ao contrato de gestão, que no exercício de 2021 após o faturamento mensal será compensado com os valores a receber.

15. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição		2.020		2.019	
Saldo inicial		5.721.242	5.983.500		
Adições (Nota 18 - despesa com pessoal)		1.472.086	1.379.343		
Reversão por redução do percentual do FGTS (a)		-	(1.239.086)		
Baixas por rescisões de contratos		(423.642)	(402.515)		
Saldo final		6.769.686	5.721.242		

(a) No exercício de 2019, até o mês de novembro de 2019 era aplicado o percentual de 50% sobre o saldo das contas vinculadas de FGTS. Entretanto, com a redução do percentual da multa do FGTS, através do artigo 12 da Lei 13.932/2019, a partir de dezembro de 2019 passou a ser aplicado o percentual de 40%. Os valores provisionados em períodos anteriores foram revertidos ao resultado do exercício em rubrica específica.

16. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são realizadas, acompanhadas e gerenciadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, a partir de São Paulo, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição		2.020		2.019	
Trabalhista		34.244	587.813		
Cível		18.197	-		
Total		52.441	587.813		

No exercício de 2020, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, autorizou a reversão da provisão no montante de R\$ 535.372 (Em 2019 - complemento de R\$ 550.355).

17. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.020 montaram R\$ 146.845.026 (2.019 - R\$ 133.017.139). Desse total, o valor de R\$ 956.600 foi referente a aditivos contratuais relativos a Covid-19.

18. Despesas com Pessoal

Descrição		2.020		2.019	
Salários e ordenados		(29.497.285)	(26.307.694)		
Insalubridade		(3.683.097)	(2.723.108)		
Horas extras		(2.089.166)	(1.595.808)		
Décimo terceiro salário		(3.480.904)	(3.058.128)		
Férias		(4.754.632)	(4.122.912)		
FGTS		(3.776.695)	(3.201.556)		
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS		(1.472.086)	(1.379.343)		
Contribuição Patronal ao INSS		(12.478.968)	(11.014.210)		
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS		12.478.968	11.014.210		
PIS		(448.815)	(394.821)		
(-) Isenção da Contribuição ao PIS		448.815	394.821		
Outras despesas com pessoal		(3.037.410)	(2.555.982)		
Total		(51.791.275)	(44.944.531)		

19. Serviços de Terceiros

Descrição		2.020		2.019	
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica		(33.663.502)	(32.705.277)		
Serviços tomados de pessoa jurídica		(6.743.892)	(6.867.791)		
Total		(40.407.394)	(39.573.068)		

20. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

21. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição		2.020		2.019	
Medicamentos		(15.308.817)	(12.856.965)		
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos		(413.747)	(495.146)		
Órtese e prótese		(2.175.595)	(3.011.321)		
Materiais de uso do paciente (consumo)		(11.813.038)	(11.448.463)		
Gases medicinais		(1.284.166)	(1.055.140)		
Gêneros alimentícios		(1.649.889)	(1.242.233)		
Materiais de limpeza e lavanderia		(1.350.459)	(1.229.804)		
Materiais de conservação, reparos e consumos diversos		(450.645)	(441.901)		
Materiais de laboratório		(1.495.614)	-		
Impressos e materiais de expediente		(520.486)	(577.900)		
Peças e acessórios de reposição		(1.030.701)	(1.272.582)		
Dieta enteral e parenteral		(1.046.897)	(1.126.917)		
Outros - Equipamentos de proteção e uniformes		(1.582.010)	(613.322)		
Total		(40.122.064)	(35.371.694)		

22. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.020	2.019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.783.579	14.830.871
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	26.013.772	22.943.017
Empréstimos - Partes relacionadas	14.631.231	2.926.336
Total	43.428.582	40.700.224
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.859.320	3.238.747
Honorários médicos	2.939.835	2.743.291
Empréstimos - Partes relacionadas	1.040.050	553.696
Total	7.839.205	6.535.734

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **23. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR Nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que Defere, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de n.º 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2020 por determinação do art. 8º do Decreto Federal

nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 18 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **24. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Santarém, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.020	2.019
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(4.534.096)	(4.071.585)
Contribuição patronal ao INSS	(12.478.968)	(11.014.210)
Contribuição ao PIS	(448.815)	(394.821)
Imposto sobre serviços (ISS)	(2.917.769)	(2.682.469)
	(20.379.648)	(18.163.085)

25. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade. **26. Outros Assuntos - Pandemia Covid-19:** O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no exercício de 2020, foram: • Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades, • Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; • Aumento do quadro de pessoal, em razão da necessidade da abertura de novos leitos destinados ao tratamento de pacientes covid; A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

Dom João Bosco Oliver de Faria Presidente	Hebert Moreschi Diretor Geral do Hospital	Poliane de Aguiar Machado Freire Contadora do Hospital - CRC: PA-019607/O-8
Pe Carlos Fritzen Superintendente Financeiro	Bruno Ferreira Rezende Diretor Financeiro do Hospital	David Martins Ferreira Contador Corporativo - CRC: ISP 195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores - Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." ocorrida no exercício de 2018 envolvendo a Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Respon-**

sabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclu-

sões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santarém, 19 de março de 2.021.

LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 641152

FAZENDA RIO CURUÁ S.A.

C.N.P.J. nº 04.744.520/0001-60 - Companhia Fechada

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 (valores expressos em Mil Reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, A Administração da Fazenda Rio Curuá S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação dos Senhores Acionistas, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Alenquer (PA), Março de 2021. A Administração.

Balancos Patrimoniais					
Ativo		Passivo			
	31.12.2020	31.12.2019		31.12.2020	31.12.2019
Não Circulante	105	105	Não Circulante	1.040	1.022
Imobilizado	105	105	Empresas Ligadas	1.040	1.022
Imobilizado técnico	175	175	Patrimônio Líquido	-935	-917
(-) Depreciações Acumuladas	-70	-70	Capital Autorizado	455	455
Total do Ativo	105	105	Prejuízos Acumulados	-1.390	-1.372
			Total do Passivo	105	105

01 - Contexto Operacional: A FAZENDA RIO foram elaboradas sem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, bem como, em consequência de é sociedade anônima fechada e com prazo indefinido de duração. Tem como objetivo social com base no IGP-M ter sido inferior a 100%. Moeda de laranjas. Ressaltamos que desde o exercício de 2013, a Companhia permaneceu inalterada, significando que não ocorreram movimentos financeiros, contábeis e/ou societários. No exercício de 2018 a Administração iniciou a atualização cadastrada junto à Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), motivo pelo qual a partir de então ocorreu pagamentos de despesas cujos suportes financeiros foram efetuados por empresas ligadas.

02 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na lei das sociedades por ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Em decorrência da lei 9.249/95, a qual revogou a correção monetária de balanço, as demonstrações contábeis 2013; no exercício de 2018 a Administração pro-

Demonstrações dos Resultados/ Resultados Abrangentes			
	31.12.2020	31.12.2019	
Despesas Operacionais	-18	-9	
Administrativas e Gerais	-16	-7	
Despesas Tributárias	-2	-2	
Resultado do Exercício	-18	-9	
Resultado Abrangente do Exercício	-18	-9	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital	Prejuízos	
	Auto-	Acumu-	Totais
	rizado	ladados	
EVENTOS			
Saldo em 31.12.2018	455	-1.363	-908
Resultado do exercício	0	-9	-9
Saldo em 31.12.2019	455	-1.372	-917
Resultado do exercício	0	-18	-18
Saldo em 31.12.2020	455	-1.390	-935

cedeu à baixa de bens totalmente depreciados e obsoletos e encerrou o sub-grupo do ativo diferido reconhecendo o saldo no resultado do exercício. d) Teste de recuperabilidade de ativos: a Administração entende que não há necessidade de constituir provisão para perdas desses ativos no exercício; e) As despesas e receitas, quando ocorridas, são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. **04 - Capital Social:** A Companhia possui capital social autorizado, subscrito e totalmente integralizado em reais no valor de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), representados por ações nominativas, sem valor nominal, sendo 190.000 (cento e noventa mil) em ações ordinárias e 265.000 (duzentos e sessenta e cinco mil) em ações preferenciais classe "A".

Responsável pela Empresa
Bruno de Mello Bomeny - Diretor Presidente
Responsável Técnico
Eladir Rodrigues da Silva
 Contador - C.R.C. SP-1SP 150368/O-8

Protocolo: 641147

na Amazônia

documentos inéditos

Holandeses na Amazônia
(1620-1650): documentos inéditos

Décio de Alencar Guzmán &
Lodewijk A.H.C. Hulsman

Edições

IAOE

4009-7817